

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br / twitter.com/Folhadebate

As inconveniências da Telebrás

EDUARDO GOMES



É urgente universalizar o acesso à internet no Brasil, mas a estratégia adotada pelo governo é ineficiente, ineficaz e onerosa para o país

O GOVERNO federal pretende, sob o pretexto inadmitido, mas ostensivamente eleito, de universalização do acesso à internet em banda larga, reativar uma holding sem subsidiárias e juntá-la com a infraestrutura de uma outra empresa falida para oferecer links de conexão à internet em regiões não atendidas pela infraestrutura atual.

Que é urgente universalizar o acesso à internet no Brasil não resta a menor dúvida. Mas a estratégia adotada é ineficiente, ineficaz e onerosa para o país, sobretudo pelo fato de que essa nova "prioridade" vem de um governo que não gastou nem um centavo dos mais de R\$ 8 bilhões de reais do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações).

O modelo que o governo pretende para a internet é o mesmo aplicado à telefonia na época em que o setor de telecomunicações no Brasil era estatal e que durante mais de 30 anos não ofertou mais que 10 milhões de telefones fixos e 1 milhão de celulares.

Decorridos quase 15 anos de sua reformulação, quando o Estado deixou a função de executor, dispomos de mais de 40 milhões de linhas fixas e mais de 175 milhões de celulares.

Universalizou-se a telefonia, mostrando que o modelo baseado em competição de mercado é mais eficiente na universalização das telecomunicações, fato que o governo parece não reconhecer.

Mas esse não é o único inconveniente. A Telebrás só subsiste hoje pois mantém ocultos técnicos essenciais ao funcionamento da Anatel. A Telebrás não dispõe de estrutura física, lógica, técnica e humana com capacidade para operar um sistema de telecomunicações moderno. Na realidade, nunca teve, tendo em vista que era uma holding das telefônicas estaduais, sem nunca ter operado diretamente nenhuma rede.

Associe-se a isso a complexidade que representa a operação de uma empresa de telecomunicações, que exige equipes especializadas de monitoramento e suporte para garantia da disponibilidade dos serviços, de engenharia e desenvolvimento para atualização constante dos sistemas e de orçamento, marketing e vendas para garantir a viabilidade da operação.

Um "staff" desse tipo não passa de

sonho distante para a Telebrás, sonho este que, diga-se de passagem, não se materializa com decretos ou voluntarismo político.

Como se esses aspectos não bastassem, o governo ainda não mostrou uma avaliação técnica que ateste que os 16 mil quilômetros de fibras ópticas da falida Eletrobrás, que foram instalados para atender sistemas de gerenciamento de sistemas de energia, serão capazes de suportar um tráfego de dados incomensuravelmente maior decorrente de milhões de usuários em banda larga.

A avaliação sob o prisma econômico mostra ainda mais contradições: o modelo em gestão pelo governo é incompatível com o marco regulatório do setor. Não há espaço para um ente estatal que introduza na economia do setor subsídios cruzados ou propositos que distorçam o equilíbrio estabelecido, pois isso levará à retração dos investimentos e, consequentemente, menor oferta, menor qualidade e maiores preços. Levará, portanto, à não universalização.

Como considerava o ilustríssimo e saudoso Roberto Campos, "empresas privadas são aquelas que o governo controla, empresas estatais são aquelas que ninguém controla".

Dadas as tentativas do governo —frustradas, felizmente— de impor óbices ao livre trânsito da informação, não é difícil supor que interesses subjacentes e antidemocráticos fundamentam a proposta do governo: controle estatal sobre a sociedade, quando a democracia exige controle social do Estado.

Por fim, o governo parece desconhecer que universalizar banda larga é um objetivo que pode ser atingido com os instrumentos legais, econômicos e regulatórios vigentes. Por meio de decreto presidencial, poderia ser criado o serviço de banda larga em regime público, por meio de concessão, com objetivos de universalização estabelecidos em um Plano Nacional de Universalização de Banda Larga.

O Brasil está diante de um desafio premente: universalizar a banda larga. A sociedade, o Parlamento e o governo precisam decidir se essa demanda social será atendida por uma política pública eficiente e eficaz, como a que construímos para o segmento de telefonia, ou se, ao contrário, como mostra a contraproducente reativação da Telebrás, será usada como subterfúgio para atender objetivos privados, políticos e eleitorais.

EDUARDO GOMES, dep. Lado Federal pelo PSDB-TO, é presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Painel do Leitor

O "Painel do Leitor" recebe colaborações por e-mail, fax (0xx11/3223-1644) e correio (al. Barão de Limão, 425, 4. andar, São Paulo/SP, CEP 01023-900). As mensagens devem ser concisas e contendo nome completo, endereço e telefone. A Folha se reserva o direito de publicar trechos. leitor@uol.com.br

LEIA MAIS CARTAS NA FOLHA ONLINE

www.folha.com.br/paineldoleitor

Cuba

Que eu me lembre, nem na pior época da ditadura, quando os militares matavam nossos revolucionários heróis (os verdadeiros, como Herzog, Paiva e outros), tivemos alguma autoridade da época tentando justificar as barbáries com o argumento de que "há problemas de direitos humanos no mundo inteiro" (**Mundo**, ontem).

Será que a ministra Dilma, após ter sido torturada, diria na ocasião: "Tudo bem, deixa pra lá, há problemas de direitos humanos no mundo inteiro"?

O nosso presidente pode ser "o cara", mas o seu assessor para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, é "o campeão".

FLAVIO ATILIO SALMASO (São Paulo, SP)

★

"Como intransigentes defensores dos direitos humanos, os professores Fábio Konder Comparato e Maria Victória Benevides certamente se manifestarão contra a morte de Orlando Zapata Tamayo. Ou será que a afirmação histórica dos direitos humanos só vale para os mortos da esquerda?"

Já Paulo Vannuchi e Tarso Genro, indignados opositores de ditaduras que são, certamente clamam pelo estabelecimento de uma "comissão da verdade" a fim de apurar a violação dos direitos humanos em Cuba.

RICARDO CELSO LUISSES DE MELO (Aracaju, SE)

Quem manda

A reportagem "Senado abre brecha para volta de fantasmas" (**Brasil**, ontem), começa desta forma: "Quem manda no meu gabinete sou eu". É assim que o senador Almeida Lima justifica seu ato liberando todos os seus funcionários de registrar presença no Senado.

E eu digo que quem paga essa conta sou eu! Somos todos nós brasileiros! Então quem é que manda em quem?"

MANOEL FRANCISCO NASCIMENTO (São Paulo, SP)

Diferentes iguais

"O rendimento médio do trabalhador cresceu 1,1%, o lucro do Banco do Brasil, 15,3%.

Em outras épocas, isso faria os petistas espernearem contra o neoliberalismo. E os tucanos ficariam horrorizados pelo fato de um banco estatal dar tanto lucro.

Embora eu reconheça que petistas e tucanos diferem em muitos aspectos, vejo que são iguais no que se refere à nossa vergonhosa taxa de juros."

JACQUES JEAN PIERRE Coudry (Campinas, SP)

Bondades e maldades

"A Folha certamente errou ao fazer o título 'Serra lança pacote de bondades para servidor' (**Brasil**, ontem). Não há nenhuma bondade nesse pacote, especialmente no que se refere à educação.

Estender as gratificações aos aposentados, por exemplo, é apenas um procedimento para acabar com as ações judiciais de professores contra o Estado. Pelo visto, os servidores ficarão mais um ano sem reajustes.

O governador quer sufocar as greves do funcionalismo público, mas, com as repetidas maldades que tem infligido aos seus funcionários, não vai conseguir."

MARA F. SILVA (São Paulo, SP)

Programas

"Quero, como cidadão brasileiro, conhecer o programa do PSDB à Presidência. Isso é fundamental para o aprimoramento do debate político. O PSDB é o principal partido de oposição ao governo Lula, e seu provável candidato lidera as pesquisas. Mas cadê o programa? Ele existe?"

MARCOS ALEX AZEVEDO DE MELO (Campo Grande, MS)

Plano Diretor

"O artigo 'São Paulo precisa de uma faxina' (**Brasil**, 24/2), de Elío Gaspari, traz à luz a revisão do Pla-

no Diretor. É importante destacar que uma das linhas fundamentais que vêm sendo defendidas é que o estoque de outorgas onerosas (volume de área a ser construída) seja redefinido de acordo com os cálculos de suporte para cada região, e não segundo as "tendências do mercado" que nortearam o plano atual, definidas nas palavras de seu próprio criador, Jorge Wilhelm.

Também é preciso rever a permissão concedida gratuitamente ao Secovi pelo plano em vigor para seus empreendimentos terem o dobro do direito do cidadão quanto à área construída em relação ao terreno.

Quanto mais o jornalista abrir a caixa-preta, mais se verá com clareza quem defende e quem contraria os interesses da especulação imobiliária. O único esclarecimento relevante a ser feito é que a revisão do plano não tem autorização para alterar a Lei de Zonamento."

JOSÉ POLICIELLO NETO, vereador (PSDB), relator da Comissão de Planejamento (São Paulo, SP)

De olho na escola

"Com certeza, a principal causa da reprovação das 79 mil crianças (**Cotidiano**, 23/2) jamais foi examinada pelo MEC, pela mesma razão que o PL 4.558/2008, que instituiria a Semana Nacional da Visão e da Audição, foi vetado pelo presidente da República.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a experiência de alguns países indica que ao redor de 10% dos escolares deveriam usar óculos, porque são hipermetropes ou míopes (vista curta). Isso equivale a dizer que não se colhe todo o fruto devido ao investimento que representa uma de cada dez escolas. Por isso, a detecção e a correção em tempo oportuno dos déficits da vista são importantes para prevenir transtornos mais graves (ambliopia e estrabismo) e melhorar o rendimento escolar" ("Provisão de óculos de baixo custo", Genêbra, 1987).

Se o MEC determinar como condição de matrícula que todos os alunos deverão fazer os testes e exames primários da visão e da audição (como está no PL 4.558/2008), terá encontrado a principal solução para evitar as reprovações e o abandono dos 79 mil e de milhares de outros alunos que se encontram nas mesmas condições."

WILSON DA COSTA CERRAL, diretor da Clínica Universitária de Saúde da Visão da Universidade Coniada (Caracas, VZ)

Terra

"As posições da senadora Kátia Abreu ('Tendências/Debates', 24/2) sobre a questão agrária são de conhecimento geral do público, e vejo que falta à Folha abrir espaço para o debate realmente dito.

A ocupação de terras pelos militantes do MST não caracteriza crime de invasão de propriedade, mas a representação de um conflito maior, que não encontra resolução adequada nem pelo Estado nem pelo mercado. A Constituição garante o direito à propriedade privada desde que cumpra sua função social.

Albúrdia ocorrida em 2009 no episódio da atualização dos índices de produtividade, provocada pela senadora e por demais integrantes da chamada bancada ruralista no Congresso, é uma balca, haja vista que esses índices utilizados hoje são os mesmos de 25 anos atrás.

Ainda que se reconheça um avanço em relação aos assentamentos desde a gestão FHC, de forma nenhuma isso caracteriza reforma agrária, como afirma a senadora. O Brasil não só possui um dos maiores índices de concentração de terra como o governo atual tem sido bastante leniente com o agronegócio —no aprofundamento das políticas ambientais, nas falhas no processo de demarcação de terras indígenas e quilombolas, na omissão em relação à violência aos trabalhadores rurais e às denúncias de trabalho escravo."

LAERCIO MONTEIRO JUNIOR (São Paulo, SP)

» SERVICOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: 0800-775-8080
Grande São Paulo: 0xx11/3224-3050 sa@grupofolha.com.br

» OMBUDSMAN: 0800-015-9000 ombudsman@uol.com.br

Erramos

erramos@uol.com.br

BRASIL (25.FEV, PÁG. A10) O senador Almeida Lima (PMDB) representa o Estado de Sergipe, e não o Amapá, como foi publicado incorretamente na reportagem "Senado abre brecha para volta de fantasmas".

GUIA DA FOLHA (30.FEV) O espetáculo "Cats" (pág. 55) estreia na quinta-feira (dia 4). Após o fechamento da edição, a distribuidora informou que o filme "Prenúncio 4" no cine Osasco Plaza 4 (págs. 40 e 50) é dublado.

A alegria e a fraternidade não foram perdidas

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

OS AMIGOS nos enganam. Morrem de repente, sem aviso nem necessidade. Privam-nos de uma companhia que nos foi tão agradável e enriquecedora. Uma injustiça para os seus mais próximos e para os amigos como eu, que receberam com enorme tristeza a notícia da morte de Gildo Marçal Brandão.

Um colega cientista político. Um estudioso do Brasil e da teoria política. Um professor de ciência política da USP de cuja banca de professor titular tive a honra e a alegria de participar. Um homem sempre comprometido com o Brasil e seu povo.

Conheci mais de perto Gildo quando, em 2001 e 2002, dei curso de teoria política da democracia na USP, em companhia de Cicero Araújo —um grande amigo seu.

Naquele momento eu estava voltando para minhas origens nacionalistas e desenvolvimentistas —origens que os então dominantes anos neoliberal do capitalismo haviam tentado apagar— e encontrei em Gildo, ainda que bem mais moço do que eu, um irmão. Um homem intelectual sempre pensando o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil. Um militante de esquerda que sobreviveu aos ataques da direita neoliberal sem para isso precisar aderir a teses irresponsáveis da esquerda radical.

Gildo sempre foi comunista —um comunista da velha cepa, socialista republicano e reformista. Enquanto desde a juventude ele adotou esse partido, eu, nessa mesma fase da vida, pertencei à Ação Católica de Alecu Amoroso Lima e Franco Monteiro e, depois, me associei às ideias nacionalistas e desenvolvimentistas do Isch.

Nessa época —nos anos 1950, mais precisamente no congresso do Partido Comunista de 1958, conforme re-

Gildo Marçal Brandão, um estudioso do Brasil e da teoria política, sempre foi um homem comprometido com o Brasil e seu povo

latou Gildo em seu livro clássico sobre o Partido Comunista Brasileiro ("A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista", 1997)—, o partido decidiu abandonar a ideia de revolução e adotar a tese da revolução capitalista como requisito para uma posterior revolução socialista. Esse fato naturalmente nos aproximou.

Como também o convênio de Gildo de que, apesar de egoístas, os homens também podem ser solidários. O projeto brasileiro não pode ser apenas democracia, precisa ser também social e nacional. A inserção do Brasil no cenário global não se faz pela submissão aos países ricos, mas pela construção entre nós de uma sociedade mais justa e pela competição bem-sucedida com os países mais desenvolvidos.

Gildo soube criticar os desvios da União Soviética e abandonou a ideia de revolução. Esperava que o desenvolvimento econômico nacional conduzido por uma coalizão política desenvolvimentista e reformista abrisse o caminho do Brasil para uma sociedade menos desigual ou mais justa. Para isso era necessário que ocorresse desenvolvimento nacional.

Estudando as interpretações do Brasil, ou "Linhas do Pensamento Político Brasileiro" (2007), Gildo redescobriu Oliveira Vianna —o grande intérprete nacionalista do Brasil que a escola de sociologia de São Paulo, dominante nos anos 1970 e 1980, rejeitava porque o grande sociólogo ha-

via se identificado com o governo nacionalista e desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Ainda que fizesse parte do Departamento de Ciência Política da USP, que, em princípio, seria o herdeiro do pensamento dependista daquela escola, Gildo soube reconhecer a importância da construção da nação na obra de grandes pensadores do Brasil, como Vianna, Gilberto Freyre e Celso Furtado.

Gildo Marçal Brandão era um grande professor. Seus alunos são testemunhas do que afirmo. Ensinava a teoria política e as interpretações do Brasil com a abertura de pensamento e a disposição para o debate que são próprias dos espíritos elevados e realmente democráticos.

Gildo era um agitador de ideias —estava sempre convocando a todos para pensar com ele. Era um integrador —acreditava que por meio da comunicação e do debate era possível avançar as ideias e as políticas públicas. Era um administrador de ideias e de pessoas —dirigindo com discernimento a Anpocs, desempenhando o papel de editor da "Revista Brasileira de Ciências Sociais".

E tudo isso Gildo fazia com suavidade e gentileza. Parecia não ter pressa, parecia estar sempre à disposição dos outros. Tinha sempre uma palavra amável e um bom sorriso para aqueles que dele se aproximavam. E a disposição para cooperar. Por isso tinha tantos amigos. Por isso todos nós nos sentimos traídos por ele quando nos deixou. Agora não temos alternativa senão lembrar dele com saudade —e também com alegria. Nós o perdemos, mas a alegria e a fraternidade que ele irradiava não foram perdidas.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, 75, professor emérito da FGV/SP, é colunista de caderno **Diálogo**. Foi ministro da Ciência e Tecnologia e da Administração Federal e Reforma do Estado (governo FHC), além de ministro da Fazenda (governo Sarney). E, ao lado de, entre os, duas obras, "Desenvolvimento e Crescimento Brasil" (Editora 34).

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.